

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1 – CONTROLE PENAL DAS DROGAS: NOVA LEI, MAS NÃO UM NOVO DIREITO PENAL ANTIDROGAS .....</b>	<b>23</b>
1    Introdução – Vigência de dois textos legais e necessidade de Lei unificadora do controle penal sobre as condutas criminosas relacionadas às drogas .....	23
2    As mudanças trazidas pela atual Lei Antidrogas .....	24
3    A Lei 11.343/06 e a política criminal brasileira para o controle das drogas .....	25
3.1    Importância da política jurídica para a construção de um sistema de controle social tecnicamente mais eficiente e eticamente mais justo .....	25
3.2    Política criminal e sua função de controle penal .....	27
3.3    Política criminal brasileira sobre drogas .....	30
4    Nomenclatura necessária: crimes de tráfico propriamente dito, crimes equivalentes, equiparados e associados ao tráfico .....	33
<b>Capítulo 2 – CONCEITO LEGAL: DROGAS, A NOVA NOMENCLATURA PARA AS SUBSTÂNCIAS OU PRODUTOS CAUSADORES DE DEPENDÊNCIA .....</b>	<b>37</b>
1    Introdução – nova nomenclatura: drogas em vez de substância entorpecente causadora de dependência física ou psíquica .....	37
2    Drogas que não são necessariamente entorpecentes .....	40
3    Considerações finais .....	42
<b>Capítulo 3 – PORTE PARA CONSUMO PESSOAL DE DROGAS E DESCRIMINALIZAÇÃO BRANCA .....</b>	<b>43</b>
1    Nova política criminal para o usuário de drogas: abolição da prisão como instrumento de controle penal dos meros consumidores.....	43

2	Consumo pessoal de drogas, sem autorização legal: inusitada espécie de descriminalização branca .....	45
2.1	Abandono da pena privativa de liberdade e a opção por medidas restritivo-educativas .....	45
2.2	Lei de introdução ao Código Penal e o conceito legal de crime .....	46
2.3	Divergência doutrinária .....	47
2.4	Posição do STF .....	49
2.5	Infração penal sujeita a medidas restritivo-educativas: uma forma de descriminalização branca .....	50
3	Nova descrição típica: porte para consumo pessoal de drogas .....	51
4	Forma objetiva de realização do tipo penal .....	51
5	Forma subjetiva de realização do tipo penal .....	53
6	Objeto jurídico .....	54
7	Classificação jurídica ou doutrinária .....	55
8	Consumo pessoal ou tráfico de pequena quantidade: a difícil tarefa diferenciadora! .....	56
9	Sanções aplicáveis ao portador de droga para consumo pessoal .....	58
9.1	Natureza jurídica: penas ou medidas restritivo-educativas? .....	58
9.2	Espécies de penas ou medidas educativas .....	59
9.3	Duração, reincidência e forma de aplicação das penas ou medidas educativas .....	62
10	Princípio da insignificância .....	63
11	Medidas de garantia ou majorantes de garantia .....	67
11.1	Descumprimento da sanção aplicada e reforço punitivo .....	67
11.2	Reforço punitivo ou sanção substitutiva? .....	68
11.3	Aplicação sucessiva das majorantes .....	68
11.4	Admoestação .....	69
11.5	Multa .....	69
11.6	Impropriedades das medidas de garantia .....	70
12	Procedimento penal .....	71
13	Cultivo para consumo pessoal .....	72
14	Retroatividade da norma contida no art. 28 .....	73
15	Considerações finais .....	74

<b>Capítulo 4 – TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS: CRIME NUCLEAR DO SUBSISTEMA DE CONTROLE PENAL DAS DROGAS (ART. 33, CAPUT)</b> .....	<b>75</b>
1 Introdução – principal tipo penal do subsistema de controle penal previsto na Lei 11.343/06 .....	75
2 Ausência de uma nomenclatura legal para denominar o crime de tráfico ilícito de drogas .....	76
3 Nova descrição legal para o tipo básico e objeto material da infração .....	79
4 Maior rigor na resposta punitiva: aumento da pena reclusiva mínima e da pena pecuniária mínima e máxima.....	81
5 Objeto jurídico.....	83
6 Forma objetiva de realização do tipo.....	84
6.1 Dezoito ações configuradoras do crime de tráfico ilícito de drogas .....	84
6.2 Importar.....	86
6.3 Exportar.....	87
6.4 Remeter .....	88
6.5 Preparar, produzir, fabricar .....	88
6.6 Adquirir .....	89
6.7 Vender, expor à-venda, oferecer.....	89
6.8 Ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar .....	90
6.9 Prescrever, ministrar.....	92
6.10 Entregar a consumo ou fornecer.....	93
7 Forma subjetiva de realização do tipo .....	94
8 Norma penal em branco.....	95
9 Classificação legal ou doutrinária.....	96
10 Consumação e tentativa .....	99
11 Pequena quantidade e princípio da insignificância.....	100
12 Crime de ação múltipla e concurso de crimes .....	102
13 Causa de redução de pena.....	104
14 Causa de aumento.....	105
15 Vedação de concessão de benefícios penais.....	105
16 Tráfico ilícito de drogas e Lei dos crimes hediondos .....	105
17 Considerações finais.....	106

## Capítulo 5 – TIPOS PENAIS OU FORMAS TÍPICAS EQUIVALENTES AO CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS (ART. 33, § 1º, INCS. I A

III)	107
1	Introdução – tipos penais de cautela ou de controle penal preventivo..... 107
1.1	Modalidades típicas equivalentes ou complementares ao crime de tráfico..... 107
1.2	Abrandamento do controle penal e redução do número das formas típicas equivalentes ao crime de tráfico..... 108
1.3	Modalidade típica de um mesmo crime ou tipo penal autônomo?..... 110
2	Crime de tráfico de matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas (art. 33, § 1º, inc. I)..... 111
2.1	Descrição legal da modalidade típica descrita no inc. I..... 111
2.2	Forma objetiva de realização do tipo..... 111
2.3	Objeto material..... 112
2.4	Forma subjetiva de realização e elemento subjetivo do tipo..... 113
2.5	Classificação doutrinária ou legal..... 114
2.6	Elemento normativo..... 114
3	Crime de (ou) equivalente ao tráfico por sementeira, cultivo ou colheita de plantas para a produção de drogas (art. 33, § 1º, inc. II)..... 115
3.1	Introdução – descrição típica ou conceito legal..... 115
3.2	Forma objetiva de realização do tipo..... 115
3.3	Forma subjetiva de realização e elemento subjetivo do tipo..... 117
3.4	Consumação, tentativa e concurso de crimes..... 117
3.5	Erradicação das plantações ilícitas..... 118
4	Crime equivalente ao tráfico por utilização de local para o tráfico ilícito de drogas (art. 33, § 1º, inc. III)..... 118
4.1	Introdução – uso de local para consumo de drogas excluído da atual descrição legal desta modalidade típica: norma penal mais favorável ao infrator..... 118
4.2	Formas objetiva e subjetiva de realização do tipo..... 119
4.3	Objeto material do tipo..... 120
4.4	Classificação legal ou doutrinária..... 121
4.5	Sujeito ativo..... 121
4.6	Consumação e impossibilidade de tentativa punível..... 122
4.7	Elemento normativo do tipo..... 123

4.8	Proprietário, posseiro ou administrador que usa o local para o tráfico .....	123
5	Considerações finais .....	124

**Capítulo 6 – CRIME DE INDUZIMENTO OU AUXÍLIO AO USO INDEVIDO DE DROGAS (ART. 33, § 2º)..... 127**

1	Introdução – infração penal de médio potencial ofensivo e intermediária entre o simples porte para uso pessoal e o tráfico ilícito de drogas.....	127
2	Descrição legal e penas cominadas.....	128
3	Formas objetiva e subjetiva de realização do tipo .....	129
4	Elemento normativo .....	131
5	Consumação e tentativa .....	131
6	Causas de redução e de aumento de pena (arts. 33, § 4º e 40).....	132
7	Benefícios Penais: fiança, <i>sursis</i> , graça etc. (art. 44, <i>caput</i> e parágrafo único).....	133
8	Regime inicial, progressão de regime prisional e Lei dos crimes hediondos.....	133
9	Considerações finais .....	134

**Capítulo 7 – CRIME DE OFERTA EVENTUAL DE DROGA PARA CONSUMO COMPARTILHADO (ART. 33, § 3º) ..... 135**

1	Introdução – uma mudança necessária na legislação de controle penal das drogas .....	135
2	Descrição legal do crime de oferecimento de droga para consumo em conjunto.....	137
3	Penas cominadas.....	138
4	Formas objetiva e subjetiva de realização do tipo .....	139
5	Classificação, sujeito ativo e objeto material do tipo .....	141
6	Benefícios penais.....	142
7	Retroatividade da norma incriminadora mais favorável.....	142
8	Considerações finais .....	143

**Capítulo 8 – CRIME DE PETRECHOS PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS (ART. 34) ..... 145**

1	Introdução – crime de petrechos: tipo penal equiparado ao tráfico ilícito de drogas .....	145
---	---	-----

2	Crime de petrechos para o tráfico é espécie de crime hediondo .....	146
3	Denominação jurídica e histórico do tipo penal .....	147
4	Definição legal e classificação doutrinária do tipo .....	148
5	Forma objetiva de realização do tipo penal: crime de ação múltipla .....	150
6	Forma subjetiva e elemento subjetivo do tipo penal: vontade direcionada ao tráfico .....	151
7	Tentativa .....	152
8	Sanção penal .....	153
9	Causas de redução e de aumento de pena .....	154
10	Proibição de concessão de benefícios penais e processuais penais .....	155
	10.1 Fiança e liberdade provisória .....	155
	10.2 <i>Sursis</i> .....	156
	10.3 Indulto .....	156
	10.4 Livramento condicional .....	157
	10.5 Apelo em liberdade .....	158
	10.6 Regime prisional inicial e progressão de regime .....	159
11	Considerações finais .....	159

## **Capítulo 9 – CONTROLE PENAL DAS DROGAS E O CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO (ART. 35) .....**

1	Introdução – inconveniência de incriminação especial de uma conduta já tipificada no Código Penal .....	161
2	Crime de quadrilha ou bando e associação criminosa: breve histórico de uma equivocada criação normativa bifurcada .....	162
3	Derrogação da norma punitiva contida no art. 8º da LCH em relação ao crime de associação para o tráfico .....	165
4	Descrição legal do tipo com reedição do texto positivado na lei anterior: associação criminosa com a participação de dois agentes .....	166
5	Penas cominadas: retorno aos marcos originais da pena privativa de liberdade e excesso da pena mínima de multa .....	168
6	Bem jurídico objeto da proteção penal .....	170
7	Forma objetiva de realização do tipo penal .....	170
	7.1 Associação para a prática dos crimes de tráfico ilícito de drogas, suas modalidades equivalentes e de petrechos para o tráfico de drogas .....	170

7.2	Associação para a prática do crime de financiamento ou custeio do tráfico de drogas .....	171
8	Forma subjetiva de realização e elemento subjetivo do tipo penal: propósito delitivo dos agentes restrito à prática de crimes de tráfico ilícito de drogas, suas modalidades equivalentes e equiparadas.....	173
9	Classificação legal ou doutrinária.....	174
10	Autonomia tipológica e concurso de crimes.....	175
11	Elemento normativo do tipo: permanência ou estabilidade temporal da associação criminosa .....	176
12	Crime de associação para o tráfico e as vedações previstas no art. 44 da Lei Antidrogas .....	179
13	Associação criminosa para o tráfico não é crime hediondo.....	180
14	Considerações finais .....	181

**Capítulo 10 – CONTROLE PENAL DAS DROGAS E O CRIME DE FINANCIAMENTO DO TRÁFICO OU DE PETRECHOS DESTINADOS AO TRÁFICO (ART. 36)..... 183**

1	Introdução – origem do novo tipo penal: a diretiva contida na convenção da ONU sobre a criminalização do financiamento do tráfico de drogas.....	183
2	Descrição legal do novô tipo e as razões de política criminal para o rigor da sanção penal .....	185
3	Objeto ou bem jurídico protegido e objeto material do tipo .....	187
4	Forma objetiva de realização do tipo penal .....	187
5	Forma subjetiva de realização do tipo .....	189
6	Classificação doutrinária e autonomia do tipo.....	190
6.1	Crime autônomo, comum e material .....	190
6.2	Crime instantâneo e não habitual ou permanente: controvérsia doutrinária à espera de uma hermenêutica unificadora.....	191
7	Imputação objetiva e autoria: pode haver concurso do crime de financiamento com o crime de tráfico?.....	193
8	Causa de aumento e redundância punitiva.....	195
9	Benefícios penais .....	196
10	Crime equiparado ao tráfico e classificado como hediondo.....	197
11	Considerações finais .....	198

<b>Capítulo 11 – CRIME DE COLABORAÇÃO INFORMATIVA PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS (ART. 37)</b> .....	<b>201</b>
1 Introdução – um crime inexistente na Lei penal brasileira anterior.....	201
2 Autonomia tipológica .....	202
3 Conceito jurídico-penal ou descrição legal do tipo.....	203
4 Bem jurídico protegido e objeto material do tipo penal.....	204
5 Forma objetiva de realização do tipo penal .....	205
6 Forma subjetiva de realização do tipo .....	206
7 Sujeito ativo.....	207
8 Eventualidade da informação .....	208
9 Consumação e tentativa .....	208
10 Destinatário da informação.....	209
11 Concurso de crimes .....	210
12 Causa de redução de pena.....	211
13 Causa de aumento de pena.....	211
14 Delação premiada .....	212
15 Proibição de fiança, <i>sursis</i> , graça, indulto, anistia e liberdade provisória.....	212
16 Livramento condicional.....	213
17 Considerações finais.....	213
 <b>Capítulo 12 – CRIME DE PRESCRIÇÃO CULPOSA DE DROGAS (ART. 38)</b> .....	 <b>217</b>
1 Introdução – infração penal de menor potencial ofensivo e relacionada ao uso de drogas .....	217
2 Descrição legal do tipo penal.....	218
3 Forma objetiva de realização do tipo.....	219
4 Forma subjetiva de realização do tipo e objeto jurídico .....	220
5 Penas cominadas e infração penal de menor potencial ofensivo .....	221
6 Classificação legal ou doutrinária, consumação e tentativa.....	222
7 Sujeito ativo.....	222
8 Causas de redução e de aumento de pena .....	224
9 Benefícios penais.....	224
10 Comunicação ao Conselho Federal de Medicina ou de enfermagem .....	225
11 Considerações finais.....	225



## **Capítulo 13 – CRIME DE CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÃO OU AERONAVE APÓS CONSUMO DE DROGAS..... 227**

1	Introdução – novo tipo penal para suprir lacuna normativa e para atender ao princípio da igualdade penal .....	227
2	Conceito jurídico-penal ou descrição legal e denominação do tipo penal.....	229
3	Forma objetiva de realização do tipo .....	230
4	Forma subjetiva de realização do tipo .....	231
5	Objeto jurídico e objeto material do tipo .....	231
6	Classificação doutrinária, consumação e tentativa .....	232
7	Multiplicidade de sanções e o equívoco de considerar a medida de apreensão como pena criminal.....	232
8	Elemento normativo do tipo .....	235
9	Concurso de crimes e de pessoas.....	236
10	Causas de redução e aumento de pena (arts. 33, § 4º e 40).....	237
11	Benefícios penais, livramento condicional e suspensão condicional do processo .....	237
12	Tipo penal qualificado: aeronave ou embarcação de transporte coletivo de passageiros.....	238
13	Considerações finais.....	239

## **Capítulo 14 – CAUSA DE REDUÇÃO DE PENA (ART. 33, § 4º)..... 241**

1	Introdução – causa de redução de pena para o traficante primário e de bons antecedentes .....	241
2	Descrição legal e razão político-criminal para adoção da minorante .....	241
3	Requisitos legais para a aplicação da minorante.....	245
3.1	Primariedade criminal do condenado .....	245
3.2	Bons antecedentes .....	246
3.3	Condenado que não se dedique a atividades criminosas, nem integre organização criminosa .....	247
4	Obrigatoriedade ou discricionariedade judicial de concessão do benefício .....	248
5	Conversão da pena reclusiva em restritiva de direitos, <i>sursis</i> e regime inicial aberto .....	249
6	Esfera de incidência da minorante .....	251
7	Retroatividade.....	254
8	Efetividade da norma redutora de pena .....	255
9	Considerações finais.....	256

<b>Capítulo 15 – CAUSA DE AUMENTO E REDUNDÂNCIA PUNITIVA (ART. 40, INCS. I A VII) .....</b>	<b>257</b>
1 Descrição legal da nova majorante e campo de incidência múltipla.....	257
2 Majorante multicircunstancial: hipóteses de incidência.....	258
3 Infrações penais sujeitas à causa de aumento .....	260
4 Incidência das circunstâncias majorantes sobre cada crime .....	261
5 Considerações finais .....	263
 <b>Capítulo 16 – PROIBIÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS (ART. 44, PARÁGRAFO ÚNICO) .....</b>	 <b>265</b>
1 Introdução – vedação de institutos penais benéficos e intensificação das assimetrias punitivas no sistema penal .....	265
2 Descrição legal e alcance das vedações .....	266
3 Proibição de concessão de fiança e de liberdade provisória .....	268
3.1 Fiança .....	268
3.2 Liberdade provisória.....	270
4 Proibição de concessão do <i>sursis</i> .....	275
4.1 Breves anotações sobre a história da suspensão condicional da execução da pena.....	275
4.2 Proibição de concessão do <i>sursis</i> na contramão do pensamento doutrinário e jurisprudencial.....	276
5 Proibição de concessão de graça.....	279
6 Proibição de concessão do indulto: divergência entre a doutrina e a jurisprudência .....	280
6.1 Indulto e dever ético de perdoar por razão humanitária.....	280
6.2 Indulto e competência constitucional do chefe do poder executivo .....	281
6.3 Posição da jurisprudência .....	282
6.4 Inconveniência política e inconstitucionalidade da norma proibitiva de concessão do indulto .....	283
7 Proibição de concessão de anistia.....	284
8 Proibição de concessão do livramento condicional .....	285
8.1 Conceito de livramento .....	285
8.2 Livramento condicional e crime hediondo .....	286
8.3 Ampliação do rol de infrações penais sujeitas a um maior tempo prisional para obtenção do livramento.....	286

8.4	Conceito de reincidência específica por crime de tráfico de drogas.....	287
8.5	Crimes de associação criminosa para o tráfico e de colaboração informativa e rigor penal da restrição.....	288
9	Proibição de conversão da pena privativa de liberdade.....	290
10	Apelo em liberdade.....	291
11	Regime prisional inicial e progressão de regime.....	295
11.1	Omissão da Lei Antidrogas no tocante ao regime inicial.....	295
11.2	Omissão da Lei Antidrogas quanto à progressão de regime prisional.....	296
11.3	Progressão é direito subjetivo condicionado ao preenchimento de condições legais.....	297
11.4	Lapso temporal para obtenção da progressão de regime.....	298
11.5	Crimes descritos na lei antidrogas sujeitos ao cumprimento de 2/5 ou 3/5 da pena para a progressão de regime prisional.....	298
12	Tráfico de Drogas e a Lei dos crimes hediondos.....	300
13	Benefícios penais e demais infrações previstas na Lei Antidrogas: prescrição culposa e condução de aeronave ou embarcação após o uso de drogas.....	302
14	Considerações finais.....	303
<b>Capítulo 17 – COLABORAÇÃO PREMIADA E REDUÇÃO DE PENA PARA CONDENADOS POR CRIMES PREVISTOS NA LEI ANTIDROGAS (ART. 41).....</b>		<b>305</b>
1	Introdução – denominação e breve histórico da colaboração no direito penal brasileiro.....	305
1.1	Denominação: colaboração ou delação premiada?.....	305
1.2	Breve histórico da figura da colaboração premiada.....	308
2	Lei Antidrogas e o instituto da colaboração premiada: descrição legal e conceito.....	314
3	Requisitos para concessão do benefício.....	315
3.1	Voluntariedade da colaboração.....	315
3.2	Informações sobre a identidade dos demais participantes do crime.....	317
3.3	Recuperação total ou parcial do produto do crime.....	319
3.4	Desnecessidade de cumulatividade dos requisitos.....	320
4	A figura do perdão judicial prevista no art. 13 da Lei 9.807/99 e sua aplicação aos crimes previstos na Lei Antidrogas.....	321

4.1	Causa extintiva da punibilidade de aplicação geral.....	321
4.2	Posição da doutrina contrária à aplicação do perdão judicial ao condenado por crime previsto na Lei Antidrogas.....	322
4.3	Posição doutrinária favorável à aplicação do perdão judicial.....	323
4.4	Argumentos que justificam a aplicação do perdão judicial ao condenado por crime previsto na Lei Antidrogas.....	323
5	Requisitos previstos no art. 13 da Lei 9.807/99 para concessão do perdão judicial.....	326
5.1	Considerações preliminares.....	326
5.2	Primariedade do acusado-colaborador.....	327
5.3	Efetividade da colaboração voluntária .....	328
5.4	Circunstâncias judiciais do crime.....	329
5.5	Desnecessidade de cumulatividade dos requisitos .....	330
6	Direito subjetivo do acusado-colaborador.....	330
6.1	Causa de redução de pena e direito subjetivo do acusado-colaborador .....	330
6.2	Perdão judicial e direito subjetivo do acusado-colaborador? .....	331
7	Momento processual para manifestação da colaboração premiada e concessão dos benefícios.....	333
8	Possibilidade de aplicação das duas minorantes previstas na Lei Antidrogas .....	334
9	Considerações finais.....	334

## **Capítulo 18 – CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA LEI ANTIDROGAS PARA APLICAÇÃO DAS PENAS (ARTS. 42 E 43) .....**

1	Introdução – subsistema de controle penal das drogas e dosimetria da pena .....	337
2	Aplicação e individualização da pena como garantia constitucional.....	338
2.1	A Sistemática de aplicação e individualização da pena no Código Penal.....	338
2.2	CrITÉrio especial de fixação da pena: preponderância da natureza e da quantidade da droga.....	340
2.3	Personalidade e conduta social como categorias também preponderantes na fixação da pena-base .....	342
3	CrITÉrio especial para fixação da pena pecuniária.....	343
3.1	Quantidade ou número de dias-multa.....	343
3.2	Valor do dia-multa.....	345
4	Considerações finais.....	347

---

<b>Capítulo 19 – CRIME COMETIDO EM RAZÃO DA DEPENDÊNCIA OU SOB O EFEITO DE DROGA.....</b>	<b>349</b>
1 Introdução – superposição de normas dispondo sobre situações de imputabilidade penal .....	349
2 Inimputabilidade em razão da dependência ou do efeito de droga: causa de exclusão da culpabilidade aplicável ao autor dos crimes em geral .....	350
3 Inimputabilidade penal em razão da dependência de droga .....	351
4 Inimputabilidade proveniente de caso fortuito ou força maior .....	353
5 Medida aplicável ao imputável em razão da dependência de droga (art. 45, parágrafo único) .....	355
6 Perícia médico-psiquiátrica .....	356
7 Semi-imputabilidade e causa de redução de pena (arts. 46 e 47).....	357
8 Considerações finais .....	358
 <b>ANEXOS .....</b>	 <b>361</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>411</b>
 <b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	 <b>415</b>